

Sobre a sociologia do trabalho em Portugal

Evolução e prospectiva*

Alan Stoleroff**

Resumo: Neste texto continua-se a reflexão sobre a Sociologia do Trabalho em Portugal iniciada no último número desta revista, com um balanço do seu desenvolvimento a partir da segunda metade da década de oitenta. Pergunta-se em que medida a evolução da disciplina em Portugal, em termos dos objectos e dos temas de investigação teórica e empírica destacados, corresponde às tendências verificadas na disciplina fora de Portugal? Destaca-se o efeito convergente da crise económica e do emprego industrial, do refluxo do movimento operário, da mudança tecnológica e do ressurgimento da empresa sobre a evolução da disciplina. Preocupa-se sobretudo em saber se a postura normativa da disciplina a emergir em Portugal se associará à continuação da diversificação de abordagens teóricas e de temas de investigação, à delimitação teórica da disciplina para o médio alcance e à tentativa de articular os micro e macro níveis de análise na teoria e na investigação sobre o trabalho. A conclusão apela para a preservação da postura crítica da teoria.

Neste texto continuamos a reflexão sobre a Sociologia do Trabalho em Portugal iniciada em Stoleroff (1992) com um balanço do seu desenvolvimento a partir da segunda metade da década de oitenta. Perguntamo-nos em que medida a evolução da disciplina em Portugal, em termos dos objectos e dos temas de investigação teórica e empírica destacados, corresponde às tendências verificadas na disciplina fora do Portugal? Haverá uma convergência da investigação em Sociologia do Trabalho realizada em Portugal com aquela desenvolvida fora?

Responder a estas questões obriga-nos, em primeiro lugar, a traçar a evolução recente da Sociologia do Trabalho, e na sequência desta panorâmica, a desenhar um balanço do trabalho realizado na disciplina no contexto português e as perspectivas para o trabalho em curso. Todavia, qualquer tentativa de fazer um balanço do desenvolvimento da disciplina e da sua evolução no âmbito dum espaço institucional nacional enfrenta fortes limitações. Em primeiro lugar, os critérios de análise são gerados em função dos balanços na disciplina produzidos por sociólogos activos em outros contextos nacionais e culturais (veja-se Durand et al., 1984; Sociologie et Sociétés, 1991; Social Forces, 1989; Eldridge et al., 1991). Em

* Este texto é uma continuação do trabalho publicado no número anterior desta revista com o título "Sobre a sociologia do trabalho em Portugal".

** Docente do ISCTE e Investigador no CIES.

segundo lugar, é evidente que um balanço que é o produto de uma reflexão individual não pode partir de critérios de análise consensuais e sujeita-se a uma concepção particular do objecto e do alcance da disciplina. Em terceiro lugar, é questionável se a investigação nesta disciplina em Portugal já constitui uma massa crítica suficiente para merecer um tal balanço no seu conjunto¹. Portanto, seguidamente, tentarei primeiro apresentar as tendências que considero as mais significativas na evolução da disciplina a um nível geral. Em seguida passarei a fazê-lo igualmente para o caso português em particular.

Elementos da evolução da Sociologia do Trabalho

A partir dos anos setenta, a crise económica e o refluxo do movimento operário contribuíram para uma deslocação do objecto da Sociologia do Trabalho. Os efeitos de macro-tendências socio-económicas - a reestruturação da economia capitalista mundial e da sua divisão internacional do trabalho (Castells, 1985, 1986), a crise económica e a transição dum modelo dominante de acumulação, o "fordismo", hipoteticamente para um outro novo modelo nos países industrializados (Coriat, 1979), a mudança do paradigma tecnológico (Sabel, 1982), bem como o contínuo crescimento da parte das actividades de serviços na população activa e na estrutura do emprego (Offe, 1985; Lash & Urry, 1988; Gershuny & Miles, 1983; Ferrão, 1988) - reflectiram-se cada vez mais nos temas destacados pelos sociólogos do trabalho bem como na teoria da disciplina. O centro de interesse dos sociólogos do trabalho deslocou-se, sensivelmente, das questões da contestação e revolta contra as relações de exploração para a adaptação à crise do emprego, e do enfoque principal sobre o operariado para o trabalho dependente em geral, em consequência das transformações económicas e sociais profundas que estavam em curso. Reconheceu-se que mudanças profundas ao nível do aparelho produtivo estão a alterar significativamente os contextos e os sentidos do trabalho e, conseqüentemente, o lugar clássico do trabalho na teoria sociológica.

Neste quadro, e no seguimento do estímulo de Braverman (1974), surgiu na segunda metade dos anos setenta um interesse pelo processo de trabalho, que reestabeleceu um elo de continuidade com uma corrente clássica da Sociologia do Trabalho, nomeadamente com a preocupação dos sociólogos franceses com a relação entre a evolução técnica e a estruturação e a consciência da classe operária. A tese de Braverman é a de que o desenvolvimento do capitalismo monopolista está indissociavelmente ligado ao princípio duma divisão do trabalho dicotomizadora das qualificações quer na indústria, quer nos serviços². Apesar do reducionismo teórico de Braverman, resumido na crítica do seu determinismo tecnológico, a sua obra estimulou uma série longa de trabalhos de investigação. No contexto da grande vaga de aplicação de novas tecnologias micro-electrónicas e informáticas a quase todas as esferas da actividade económica, as teses e contra-teses derivadas de Braverman inspiraram uma outra série de investigações sobre as novas tecnologias, as qualificações e a formação³. Esta linha de investigação não se limitou ao trabalho industrial. Contudo, as novas tecnologias, a informática, e a robotização

em particular, contribuíram para uma hipotética transformação do trabalho operário e para o esbatimento entre o trabalho operário industrial e a categoria residual do trabalho não-industrial. Estas investigações acasalaram-se quase naturalmente com uma nova preocupação pelas lógicas organizacionais, para assim articular a aplicação das novas tecnologias com diversos tipos de organizações.

Com a crise económica surgiu o desemprego estrutural e uma precarização acentuada do emprego. Em certa medida, dada a revalorização do emprego e do seu papel enquanto elo de socialização e integração social, perdeu-se interesse pelo problema da alienação. Daí a procura dum novo objecto, subordinando o trabalho ao emprego (veja-se Fevre, 1992). É notável que as questões do ciclo de vida, das biografias e das carreiras, bem como da transição profissional, apareçam na investigação, na medida em que as perturbações da crise económica introduziram maior instabilidade e precariedade no emprego e revelaram que a inserção no trabalho é mais descontínua de que se pensava anteriormente (Rose, 1984, Tanguy, 1986).

Com a reinstitucionalização das relações de trabalho e o declínio da militância operária e sindical típica dos anos pós-setenta e cinco (Crouch e Pizzorno, 1979), e a evidente postura defensiva adoptada pelo sindicalismo face à instabilidade económica, reduziu-se também o interesse pela greve enquanto expressão dum movimento social transformador da sociedade capitalista, e o conceito de conflito perdeu a sua identificação unilateral como antagonismo de classe. A conflitualidade, entendida no sentido dum princípio histórico de luta de classes, perdeu a sua centralidade quer nas preocupações teóricas quer na investigação, para dar lugar a um conceito delimitado do conflito (veja-se sobretudo Adam & Reynaud, 1978; Edwards, 1988).

Os apelos do sindicalismo à política económica para a manutenção e criação de emprego, e a nova subordinação do sindicalismo à organização capitalista da produção, conjuntamente com um sentir generalizado da crise da organização taylorista da produção, levam os sociólogos a fazer hipóteses sobre a convergência dos trabalhadores e empregadores na "comunidade" da empresa. A empresa torna-se um enfoque importante da investigação de muitos sociólogos do trabalho (veja-se sobretudo Segrestin & Sainsaulieu, 1986). Verifica-se, assim, uma deslocação generalizada na perspectiva normativa dos sociólogos do trabalho sobre o papel da empresa e, concomitantemente, sobre as relações de classe na produção. Porém, a novidade da Sociologia da Empresa é a desarticulação da perspectiva quase comunitária e participativa da empresa do taylorismo. Teremos de voltar a examinar as consequências desta tendência.

Em França, nos Estados Unidos e no Reino Unido surgiu uma tendência para a convergência dos economistas da segmentação de mercado de trabalho e dos sociólogos interessados nas questões do trabalho e da classe social. A integração do conceito de "relação salarial" da economia do trabalho neo-marxista francesa e americana na Sociologia do Trabalho parece ter tido um efeito importante (Rolle, 1988; Erbes-Seguín, 1989). Desta tendência resultou um crescente interesse na aplicação de tais conceitos em análises comparativas. A análise "societal" desen-

volvida por Maurice et al. (1984), bem como outras abordagens das instituições que influenciam o trabalho e a sua estruturação, poderão assim obter uma influência na Sociologia do Trabalho.

Em termos teóricos, e a partir dos anos oitenta, a sociologia em geral começou a chegar a um certo ponto de equilíbrio depois da turbulência da crise do funcionalismo e da ascensão do marxismo. Sentiu-se na Sociologia do Trabalho, como na Sociologia em geral, as influências, por um lado, do "realismo" e do marxismo "analítico" em reacção à prévia predominância do funcionalismo, e, por outro lado, dum ressurgimento do individualismo metodológico em reacção ao marxismo determinístico ou estruturalista, que eram indiferentes à acção e às vontades de sujeitos concretos e ao tipo de colectivismo que postulava a efectividade de conceitos de classe em detrimento da construção micro-social dos comportamentos colectivos. Um dos desenvolvimentos teóricos mais importantes na última década foi a convergência de diversas perspectivas sobre a necessidade de situar o trabalho no contexto das relações de poder estruturadas economicamente. Cada vez mais o contexto do trabalho é concebido em termos das questões do capitalismo, poder e dos inerentes conflitos de interesses que daí derivam⁴.

Neste contexto, o debate ao nível da teoria sociológica sobre a integração macro-micro começa a ter uma influência, embora desigual, na Sociologia do Trabalho. Particularmente importante será o esforço de procurar a articulação entre os níveis macro, meso e micro de análise, na teoria e na investigação sobre o trabalho (Ritzer, 1989). A sua capacidade de articular macro-conceitos de classe, relações de produção e mercado dos trabalho com a observação empírica dos comportamentos de trabalhadores no local de produção fez do livro de Burawoy (1979) um exemplo muito importante deste esforço de integração dos níveis de análise e de reconstrução destes mesmos conceitos. É notável, por um lado, que as novas tendências teóricas tenham emergido em consequência do confronto da investigação empírica com as teorias dominantes até ao início dos anos setenta, mas, por outro lado, estas tendências, por sua vez, deram um estímulo à investigação empírica. Neste sentido, também a modificação do papel da ideologia, nomeadamente o declínio das ideologias socio-políticas onde o conceito de classe dos trabalhadores ocupa o lugar central, tem sido importante no discurso das ciências sociais e na definição do que constitui um problema científico.

O surgimento das temáticas organizativas e a importância dada à empresa como unidade de análise sociológica, bem como a nova emergência da problemática da regulação social, parecem ser efeitos quase inevitáveis destas tendências, em combinação com o refluxo indiscutível do movimento operário e da crítica sociológica do sistema capitalista. Temas ligados à contestação da vida operária ou aos conflitos de trabalho perderam o seu lugar privilegiado entre os sociólogos. Como resultado, o próprio tema da qualificação - um conceito chave na teoria da disciplina - mudou de sentido, com a menor preocupação dos sociólogos com a inserção dos trabalhadores no sistema taylorista da organização do trabalho. Em substituição do conceito de "luta de classe", a formação profissional, um tema cada vez mais presente na investigação sociológica, é frequentemente estudada em

termos da sua potencial acção transformadora no mundo do trabalho. A introdução de novas tecnologias também se tornou num dos temas mais focados, com a proliferação de estudos sobre a reacção dos trabalhadores e da organização das empresas à mudança tecnológica. Assim, uma das questões mais prevaletentes na investigação concerne a verificação empírica da hipótese da requalificação (skill upgrading) neste contexto. Tornou-se também consensual que a reestruturação económica pôs em causa os princípios organizadores da classe operária formada pela industrialização. A "crise" do movimento operário, manifestada pela redefinição radical das suas reivindicações, a dessindicalização e um menor apoio para os partidos políticos tradicionalmente representativos da classe operária, estimulou um interesse pelo declínio da cultura e das comunidades operárias estruturadas pela industrialização. Ora, estas mudanças remetem-nos para o problema da ambiguidade do objecto da Sociologia do Trabalho enquanto disciplina, salientado no início deste reflexão (Stolero, 1992). Qual é o conceito de trabalho que pode fundamentar a Sociologia do Trabalho enquanto disciplina, face às repercussões das tendências acima mencionadas?

Vê-se agora que a Sociologia do Trabalho sofreu um grande golpe epistemológico e teórico com base no efeito cumulativo destes novos temas, em conjunto com a abertura do conceito de trabalho já introduzido na literatura no auge dos "novos movimentos sociais" e da ascensão da sociedade "pós-industrial". Qual será o efeito da combinação do "pós-fordismo" com o fim do "comunismo"? Será que o objecto da Sociologia do Trabalho se dissipará no vapor das novas qualificações exigidas para a regulação da produção informatizada? Terá justificação falar numa crise da sociedade do trabalho e, por extensão, da Sociologia do Trabalho?

A Sociologia do Trabalho sofreu uma evolução significativa desde a sua emergência. Para uns, a Sociologia do Trabalho continua a constituir apenas uma área temática da sociologia, cujo objecto específico é a actividade social denominada trabalho e os papéis sociais associados a esta actividade. A fragmentação do seu objecto de investigação não deve criar problemas fundamentais para estes sociólogos, na medida em que as suas investigações podem desenvolver-se no âmbito de novas especializações, como a Sociologia do Emprego ou a Sociologia da Empresa, se não forem satisfeitas pela tradição das Sociologias das Ocupações, Profissões ou Económica. Para outros, a Sociologia do Trabalho constitui uma disciplina em si. Ora, estes sociólogos vêem a sua posição mais enfraquecida pela evolução actual. Contudo, se o seu objecto é difícil de definir em termos epistemológicos, em termos mais imediatos é evidente que as actividades concretas e observáveis, que são entendidas por trabalho, também têm sofrido mudanças qualitativas. De facto, uma vez que a ética do trabalho atravessa uma crise devido às mudanças culturais e à crise do mercado de trabalho, é de esperar que a centralidade que o trabalho ocupava na teoria sociológica experimente uma deslocação correspondente (Gorz, 1988; Offe, 1985). Mas será que a crise da "sociedade do trabalho" implica necessariamente uma crise da Sociologia do Trabalho? Convém lembrar que é preciso responder na prática e na teoria a esta pergunta, não só como sociólogo teórico mas também como investigador e formador para a

intervenção nas organizações de trabalho. Em medicina, o desaparecimento da cólera não implicou uma crise da epidemiologia. Estendendo a analogia: vale a pena lembrar que de facto a cólera não desapareceu na América latina; aliás, reapareceu e gravemente. Embora o perigo da cólera já não seja universal, a sua realidade delimitada não perdeu a sua importância. O trabalho industrial ainda existe e a reestruturação industrial e a sua automação progressiva continuam a afectar um terço - no mínimo - da vida dos seres humanos que põem os autómatos em operação. Além disso, novas formas de organização de escritórios e outros serviços estão a criar problemas nesses ambientes de trabalho, semelhantes aos antigos problemas da indústria. O progresso da "pós-industrialização" é extremamente desigual: temos ainda suficiente investigação empírica sobre o trabalho em Portugal para chegar a conclusões sobre os sentidos dos processos de mudança em curso? Será que a reestruturação tecnológica da indústria e dos serviços não revelará a importância dos temas relacionados com a inserção dos trabalhadores no processo de trabalho, e não só na organização, agora concebida como "comunidade"?

A redução do interesse dos sociólogos em geral pelos problemas do operariado e do trabalho não implica a redução da importância social do trabalho e da sua importância como objecto científico. O trabalho (no seu contributo à produção e como fonte de subsistência) existe como uma das actividades centrais da vida nas sociedades complexas actuais; a sua ausência induz outras crises pessoais e sociais (alcoolismo, suicídio, conflitos políticos). Afirmar o contrário constitui um exagero "pós-modernista" e os sociólogos do trabalho em Portugal não deveriam cair nessa armadilha. É necessário considerar não só o ajustamento do objecto de investigação ao desenvolvimento do discurso interno à Sociologia, como também produzir os conhecimentos adequados à formação de profissionais à medida dos problemas práticos da vida dos trabalhadores e das organizações.

Deste modo, será que as deslocações discutidas acima significam um regresso a um tratamento da economia e da tecnologia como as principais variáveis explicativas do social, ou a principal causa da mudança social, isto é, um novo determinismo económico ou tecnológico em que os trabalhadores ou as organizações são concebidos principalmente como reagentes às mudanças objectivas? Esta dúvida aplica-se a uma boa parte da literatura sobre a evolução do processo de trabalho e o efeito das novas tecnologias sobre a divisão do trabalho. A resposta à pergunta sobre os novos determinismos não pode ser linear. É notável o aparecimento de abordagens que salientam a influência da cultura, e do social em geral, nas lógicas organizacionais e na própria tecnologia. As problemáticas das culturas locais e das culturas organizacionais demonstram a importância do social na estruturação do económico e da tecnologia e as suas repercussões para o trabalho. O interesse sobre o efeito social da formação implica que o desenvolvimento organizacional não é apenas constringido pela tecnologia e que o efeito cultural da formação repercute-se sobre a organização.

Então, em que medida é que se deve a nova apreciação da empresa enquanto comunidade a uma reificação dos constringimentos económicos e tecnológicos

actuais ou ao vazio legado pela crise do movimento operário e o conceito radical e globalizante do conflito nas relações de produção a ele associado? Repare-se que o interesse pela empresa é frequentemente articulado com perspectivas da sua democratização no sentido da maior participação dos trabalhadores. Mas em que medida será esta participação um novo "canto do cisne" para as relações humanas? (Waring, 1991)

Tendências da Sociologia do Trabalho em Portugal

Tomando em consideração as limitações de uma tentativa de elaborar um balanço da disciplina mencionadas no início do texto, verificamos que enquanto o âmbito do ensino da Sociologia do Trabalho em Portugal é cada vez mais compreensivo e diversificado (veja-se, por exemplo, Freire, 1992), a prática de pesquisa tem sido escassa e muito desigual, concentrando-se sobre alguns temas, deixando cair outros e ignorando alguns. Em termos cronológicos, à sequência da concentração temática iniciou-se com os conflitos de trabalho e a acção operária, passando para a organização do trabalho (concebida em termos dos "sistemas de trabalho" na classificação de Touraine) e uma sociologia histórica da formação da classe operária. Mais recentemente, a investigação concentrou-se em torno de três temas: o sindicalismo, as novas tecnologias e a informatização (e as suas várias repercussões, sobretudo na formação e nas qualificações) e a cultura organizacional.

A investigação realizada na disciplina em Portugal caracteriza-se sobretudo pela fragmentação temática e simultaneamente por uma assimetria e um transbordo do seu campo. A assimetria manifesta-se na tendência para uma concentração sobre matérias situadas na fronteira da disciplina, por exemplo, sobre as problemáticas relativas às classes sociais, aos movimentos sociais ou às organizações em geral, em prejuízo da investigação sobre temas relativos às relações de trabalho e às relações dos trabalhadores e das suas comunidades com o trabalho. O transbordo manifesta-se, por exemplo, no tratamento de certos temas relacionados ainda com as relações de trabalho, através do ângulo da contextualização política e económica, bem como na ênfase psicológica sobre o contexto organizacional ou estratégico da actividade de trabalho. Que o sindicalismo português tenha sido estudado tanto enquanto actor político (articulador de interesses) e não tanto em termos da sua presença no local do trabalho e dos comportamentos colectivos dos trabalhadores é uma manifestação desta constatação⁵. Que o conceito de "relação salarial" tenha orientado tanto o estudo da estruturação macro-económica da repartição da mão-de-obra e das políticas de recursos humanos e não tanto o estudo micro-social do seu emprego directo também é sinal disso⁶. Finalmente, é um corolário deste diagnóstico que o estudo da mudança tecnológica tenha focado sobretudo as determinações macro-económicas e organizacionais da aplicação de novas tecnologias e as qualificações implícitas para a sua utilização, e pouco na assimilação diferenciada dos meios pelos utilizadores⁷.

Assim, se a assimetria é inevitável devido à dispersão dos interesses dos investigadores e à falta de meios, o transbordo representa uma fuga do núcleo de

problemas para os quais a disciplina da Sociologia do Trabalho está especialmente vocacionada. Esta falta de "cuidado epistemológico" foi em parte o resultado duma certa dependência em relação a um conjunto reduzido de correntes teóricas. É também uma consequência natural da instabilidade das relações de trabalho no mundo actual e dos problemas epistemológicos já referidos. Mas é sobretudo uma consequência do contexto institucional incipiente em que a investigação e o ensino se enquadram. A ausência duma tradição de reflexão crítica e de debate sobre a investigação já realizada em Portugal contribuiu para criar esta situação. O trabalho empírico realizado não tem sido, assim, objecto de síntese nem de esforços metódicos de verificação. Por isso, a investigação empírica neste domínio, em termos gerais, tem sido parcelar. A ausência de continuidade deixa a disciplina (e os seus praticantes) sem uma concepção, quer das prioridades para a investigação futura, quer da sua coerência científica⁸.

Contudo, em Portugal a disciplina encontra-se actualmente numa fase transitória. Quer pela relativa proliferação da investigação em equipas situadas em diversos institutos do país, quer pelo aumento da procura social para o ensino e a investigação relacionados com os problemas do trabalho e das organizações, quer ainda pelas actividades associativas dos próprios profissionais, em Portugal a disciplina sofreu uma evolução significativa nos últimos anos⁹. Por enquanto, esta procura tem contribuído para a introdução de uma forte vertente organizacional (e gestonária) na Sociologia do Trabalho, sem ter reforçado, proporcionalmente, a vertente sociológica no campo das ciências da organização em geral. Além disso, esta expansão tem sido por adição e não orgânica, no sentido dum aumento da coerência interna do campo. Mas para além destas influências contingentes e conjunturais, como vimos, a Sociologia do Trabalho - ao nível europeu, senão mundial - experimentou uma evolução teórica importante, incluindo, segundo alguns autores, uma mudança de paradigma dominante, e, conseqüentemente, uma transformação relativa dos seus objectos e dos seus programas de investigação¹⁰. A evolução recente da Sociologia do Trabalho em Portugal reflecte o desenvolvimento da Sociologia em geral e da Sociologia do Trabalho ao nível internacional. Por isso, teria sido difícil analisar o percurso da Sociologia do Trabalho em Portugal sem procurar estabelecer a sua continuidade com a discussão e a prática internacional na disciplina. Contudo, certas peculiaridades estão presentes na evolução da Sociologia do Trabalho em Portugal devido ao mundo em que os sociólogos portugueses do trabalho exercem a sua actividade.

O âmbito da Sociologia do Trabalho em Portugal está a diversificar-se e está-se a experimentar a fragmentação temática típica da disciplina. Infelizmente continua a ser prematuro fazer um inventário da investigação recentemente realizada ou em curso¹¹.

Em primeiro lugar, verifica-se que, embora o lugar privilegiado dos temas centrados na classe operária e na sua consciência de classe tenha definitivamente recedido, continua-se a fazer investigação neste campo. Ainda na linha da perspectiva dos movimentos sociais de Touraine, um projecto de investigação recorrendo à replicação da metodologia da "intervenção sociológica" sobre o movimento

sindical na região de Setúbal juntou uma equipa (sob a direcção de Pires de Lima). Porém, constata-se nitidamente a crescente influência da literatura anglo-americana de índole "neo-marxista", sobretudo de Burawoy ou Olin Wright, focando os comportamentos e as relações de trabalho. Estão-se a introduzir novos temas e abordagens. Várias pesquisas em curso procuram situar o sindicalismo quer no contexto da cultura operária regional, quer directamente em correlação com a cultura de conjuntos específicos de operários. Assim, o ângulo de estudo do sindicalismo está-se a deslocar da consciência - ou seja da ideologia - dos activistas sindicais para as próprias relações do trabalho. A título de exemplo, pode-se destacar um projecto de investigação em curso cujo enfoque é as relações de trabalho ao nível da empresa e do local de produção, nomeadamente "O Padrão Emergente de Relações Industriais em Portugal: Entre a Democratização e a Restruturação Económica" (sob a direcção do autor)¹². A investigação procura conhecer a actividade dos delegados sindicais na sua relação multi-lateral, sendo o intermediário entre a organização sindical e os trabalhadores sindicalizados, a organização sindical e a empresa, bem como, potencialmente, um representante dos trabalhadores. Procura-se apurar empiricamente os padrões da prática das organizações sindicais em conjuntos micro-organizacionais, ou seja, o local de trabalho (através dum inquérito a uma amostra representativa das empresas nacionais com mais de 50 empregados), articulando o micro com a estruturação das instituições de regulação das relações industriais ao nível macro através das hipóteses delimitadas. Portanto, para reconstruir sociologicamente as instituições regulando as relações industriais, o nível micro das relações de produção no local de trabalho recebe uma atenção especial. Mas a organização sindical na empresa não é considerada como autónoma; a sua liberdade e capacidade de acção é promovida pelas oportunidades e os recursos proporcionados pelo seu contacto organizacional externo, bem como constringida por múltiplas pressões sofridas pela organização sindical, o sector, a empresa e os trabalhadores. Assim, será possível observar a convergência e a divergência entre as estratégias externas e as identidades e práticas derivadas da experiência no local de trabalho.

A atracção dos "sistemas de trabalho" industriais concebidos em termos evolucionistas também diminuiu relativamente enquanto tema de pesquisa. Por um lado, agora preocupa-se mais com a organização da produção e as mudanças devidas às novas tecnologias (veja-se Moniz, 1989). Por outro lado, aumentou o interesse pelo trabalho nos escritórios e nos serviços, sobretudo quanto aos efeitos sociais das novas tecnologias informáticas (APSIOT, 1986). Contudo, a importância desta temática (e alguma investigação realizada nesta área) não se reflecte plenamente na sua publicação. Tem havido, contudo, tentativas de enquadrar a evolução do trabalho do escritório dentro do quadro da evolução dos sistemas de trabalho na indústria, mas geralmente tem-se verificado a dificuldade de adoptar o modelo industrial aos serviços e escritórios. Todavia, a organização da produção, classificada conforme os "sistemas de produção" empiricamente existentes, continua a servir para diferenciar padrões de relacionamento no estudo de categorias sociais ou de relações laborais. Um exemplo dum projecto de investigação neste

âmbito é o dos "Encarregados na Indústria Portuguesa" (sob a direcção de Freire)¹³. No estudo da categoria dos "encarregados" (Freire, 1990) procurou-se, além da caracterização descritiva da categoria, a diferenciação dos seus comportamentos e relações concretas com a empresa e os trabalhadores, conforme um conjunto de variáveis, nomeadamente, tecnologia, método de gestão e relações colectivas. A concepção do objecto de investigação situa-se claramente ao nível micro das relações do encarregado com a direcção, outras chefias hierárquicas, as organizações dos trabalhadores presentes e os trabalhadores de execução.

Para entender as potenciais direcções da investigação em Sociologia do Trabalho em Portugal é necessário considerar, além das novas preocupações dos próprios sociólogos, o efeito local das tendências mencionadas, bem como o desenvolvimento do mercado de trabalho e a estruturação da população activa em Portugal. Existem particularidades em Portugal, relativas aos restantes países da CEE, no processo de institucionalização das relações de trabalho, na integração económica do espaço português, na crise do emprego rural, na diversificação dos papéis sociais em geral. Contudo, em termos de vários aspectos da estruturação social, parece existir uma tendência para a aproximação de Portugal ao padrão europeu. Será que os problemas associados com a transformação do seu modelo social e industrial vão impulsionar um regresso de novas perspectivas na Sociologia que apontam para a convergência societal no contexto da "modernização"?

Neste contexto, pode-se considerar o aparecimento em Portugal duma Sociologia da Empresa (Sainsaulieu, 1987). Há um paralelismo desse interesse com o aparecimento da "ideologia dos recursos humanos" em grande escala nos meios de gestão em Portugal. Embora existisse alguma pesquisa prévia no campo organizacional influenciada pela ideologia auto-gestionária (Baptista et al., 1986), a influência do enfoque sobre a empresa e a própria mudança de atitude dos sociólogos face à empresa e à sua racionalidade foram importantes nesta direcção. A abordagem aqui tem sido diversa, variando entre a preocupação com o comportamento social no contexto do funcionamento da organização e com o comportamento com a empresa/organização enquanto contexto produtor de cultura (Pimentel, 1988). Contudo, apesar da identificação entre alguma Sociologia das Organizações e a ideologia racionalizadora dos gestores ter sido um alvo constante da crítica lançada pelos sociólogos do trabalho quer à organização científica do trabalho, quer às relações humanas, não há dúvida que, para alguns dos sociólogos interessados nestes temas, o regresso à empresa significa uma adopção da "ideologia dos recursos humanos". Um problema ainda não debatido pelos sociólogos do trabalho é a questão de saber em que medida este enfoque reflecte o envolvimento dos sociólogos num movimento social "modernizador" surgido em Portugal desde a entrada na Comunidade Europeia e cujo actor protagonista é o empresariado?¹⁴.

Além das particularidades propriamente estruturais da formação social portuguesa, existem as particularidades dos pedidos sociais e das políticas que não podem deixar de ter um efeito sobre a prática sociológica¹⁵. Será que as pressões actuais vão reduzir a vocação crítica da Sociologia do Trabalho para integrá-la num projecto de "modernização"? Haverá o perigo (não só na Sociologia do Trabalho)

de que o desejo dos sociólogos, enquanto participantes na sociedade portuguesa, de uma aproximação à modernidade europeia se constitua como motivo para reintroduzir perspectivas lineares sobre o desenvolvimento que, por seu lado, terão a consequência de reduzir a distância entre os sociólogos e as orientações produzidas pela reflexão acrítica sobre as relações de trabalho? Eis um desafio importante. Será que o surgimento tão forte da componente organizacional da Sociologia do Trabalho não constitui um reflexo dos pedidos sociais e das políticas actuais?

Conclusão

O balanço aqui feito, embora longe de estar completo, e as questões levantadas na discussão, tendem a confirmar o interesse em interrogar-mo-nos sobre o objecto da disciplina da Sociologia do Trabalho. Foi por isso que esta reflexão começou com algumas dúvidas de natureza epistemológica e foi por isso que examinámos as diferenças entre as abordagens clássicas anglo-americanas e francesas. Ambas procuraram enquadrar os objectos de estudo - quer os papéis sociais no trabalho, quer a consciência de classe - em macro-teorias sociológicas do funcionamento do sistema social ou da acção social. Em primeiro lugar, se o funcionalismo sofreu uma crise fatal, isso não significa que os sociólogos do trabalho anglo-americanos não tenham construído um objecto válido para uma sociologia do trabalho. Consideramos que o enriquecimento da disciplina pelas abordagens neo-marxistas reforçará o movimento de pesquisa das limitações do enfoque sobre os papéis sociais para um objecto mais pertinente que são as relações de trabalho. Se a articulação entre a condição de classe dos trabalhadores já não dá sentido a uma noção tourainiana duma luta sobre a historicidade, então as referências à luta de classes necessitam dum fundamento empírico substancial¹⁶. No mínimo, as referências às transformações qualitativas do tipo de sociedade - ou seja do "industrial" para o "pós-industrial" - terão de ser traduzidas em hipóteses muito concretas de pesquisa para assegurar a pertinência para a Sociologia do Trabalho da noção de "historicidade". Mas também a concepção do objecto proposta por Friedmann necessita de reconsideração. Será suficiente, simplesmente, estender o entendimento das colectividades em torno do trabalho para abranger todo o trabalho social? Seja como for, a coerência interna do objecto diminuiu e por isso a Sociologia do Trabalho ainda terá de ajustar contas com a Sociologia das Organizações, a Sociologia da Empresa e a Sociologia da Vida Económica (Granoveter & Swedberg, 1992), todas mais abrangentes na definição do seu objecto.

Outra questão presente é a postura da Sociologia do Trabalho perante os actores, isto é, o problema da normatividade. A imagem que o sociólogo possui dos actores presentes no mundo do trabalho e o juízo de valor que emite sobre as suas relações têm repercussões para a abordagem do próprio objecto de investigação. Esta afirmação tão básica não é, contudo, fácil de apreender na prática real e na reflexão do sociólogo. O campo do trabalho e das organizações sempre foi alvo da instrumentalização da pesquisa científica para objectivos associados com a gestão funcional das organizações de trabalho. Se podemos constatar, positivamente,

te, que a influência das ideologias políticas se está a reduzir nas ciências sociais do trabalho e das organizações, a natureza da conjuntura actual possui pressões para reintroduzir confusões entre as orientações gestionárias, agora identificadas com a meta de uma sociedade em vias de modernização e reforçadas pela ausência dum modelo gestionário e social alternativo, e as actividades científicas neste campo. Esta oscilação pendular manifesta o interesse pela clarificação normativa da Sociologia do Trabalho. Será que existe na Sociologia do Trabalho uma filosofia subjacente quanto à relação entre o trabalho e o indivíduo e a sociedade? Será que os proponentes da "humanização do trabalho" e os da "libertação do trabalho" pela automatização se referem em comum a um humanismo de base? Ao nível da relação entre o indivíduo e a organização qual será a filosofia que distingue os proponentes da "participação" e da "democracia industrial"? A finalidade do trabalho humano e o modo da inserção do colectivo de trabalho na organização não geram um consenso normativo, ainda menos em tempos de crise e de transição.

Sobre ambas as questões destacadas nesta conclusão, este trabalho pode, afinal, servir apenas para iniciar mais reflexão e debate. Mas foi este precisamente o seu objectivo.

Notas

- 1 A Sociologia do Trabalho em Portugal ocupa um lugar relativamente modesto, o que não lhe impediu de estabelecer uma marcada tradição de investigação e de ensino na sociologia portuguesa ligada a um núcleo de investigadores universitários, nem de formar um conjunto importante de licenciados em Sociologia do Trabalho e uma forte identificação profissional à Sociologia do Trabalho. Mas, e também, um mundo novo cujas origens remontam apenas aos anos setenta, e por isso, continua-se a aprendizagem básica dos seus quadros.
- 2 Freysennet (1977) é uma versão francesa muito próxima de Braverman.
- 3 Quanto à qualificação e emprego, os colóquios de Dourdan (1978, 1982) tiveram algum eco em Portugal. Veja-se também Vallas (1990).
- 4 Veja-se, por exemplo, os novos manuais de Sociologia Industrial e do Trabalho de Watson (1980) e de Hill (1981), e mais recentemente, de Grint (1991).
- 5 A concentração sobre as reivindicações sindicais foi muito influenciada pelos estudos de Durand et al. (1968) e de Dubois et al. (1971). Stoleroff (1990a) é um exemplo do estudo do sindicalismo no âmbito do sistema político. Existem vários estudos do sindicalismo português focando temas derivados das Relações Industriais. Veja-se Stoleroff (1988a; 1988b). Não se trata de pôr em causa a pertinência duma sociologia do sindicalismo destacando a sua estratégia reivindicativa ou o seu papel político. Todavia, há uma lacuna na investigação feita em Portugal sobre o sindicalismo, ou seja, ao nível das identidades associativas dos próprios trabalhadores.
- 6 A teoria da "regulação" com o seu enfoque sobre o conceito de "relação salarial" conseguiu ter uma forte influência em Portugal, sobretudo através de Rodrigues (1988). Lima et al. (1990) procuram aplicar esse conceito à análise do caso das indústrias navais.
- 7 Geralmente a discussão das qualificações e da formação relativas às novas tecnologias sofre duma abordagem normativa, partidária da aplicação das novas tecnologias em lógicas organizacionais que proporcionam um aumento da qualificação tanto dos postos de trabalho como do trabalhador que vai pôr em operação os novos meios. O complemento necessário da formação nesta abordagem é a participação. Em que medida é que esta normatividade enfraquecerá a nossa capacidade de realizar investigação empírica? Veja-se Kovács & Moniz (1988, 1990).

- 8 A escassez de teses de doutoramento e de mestrado nesta disciplina foi uma anomalia característica da Sociologia do Trabalho em Portugal. Esta continuidade significa sobretudo o desenvolvimento dum contexto institucional que proporcione a formação dum corpo de investigadores capazes de procurar esta integração entre a teoria e a investigação empírica.
- 9 Referimo-nos sobretudo ao aparecimento de cadeiras - sob vários títulos - de Sociologia do Trabalho e/ou das Organizações nos vários novos cursos de Sociologia, incluindo Licenciaturas em Sociologia do Trabalho (ISCS) e Sociologia das Organizações (Univ. do Minho); ao lançamento dum Mestrado com uma especialização em Sociologia do Trabalho no ISCTE, bem como de cadeiras cuja matéria se insere no âmbito da Sociologia do Trabalho e das Organizações em vários cursos de licenciatura e de mestrado não-sociológicos; e à fundação da Associação dos Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho e a publicação (irregular) da sua revista, *Organizações e Trabalho*.
- 10 Maurice (1980) e Reynaud (1991) referem-se explicitamente ao problema de paradigma.
- 11 Por isso, esta discussão assenta muito no conhecimento que tenho da actividade em curso na disciplina enquanto docente dum seminário de investigação na disciplina no ISCTE, investigador e participante em congressos e conferências. Assim, é inevitável que alguns projectos ou resultados de pesquisa ainda não publicados ou divulgados na altura da redacção não influenciaram a reflexão.
- 12 Sobre a sociologia das relações industriais veja-se Stoleroff (1989; 1990b) que se pode comparar com a abordagem histórica de J. Barreto e jurídico-institucional de M. Pinto ou com as análises de curto alcance, por exemplo, em várias publicações dos sociólogos do Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- 13 A referência aos "sistemas de produção" vem de Freire et al. (1992).
- 14 Apareceu, porém, um interesse pela problematização sociológica da actividade empresarial, realizando-se as primeiras análises do empresariado (Rodrigues, 1989; Cardoso, 1990).
- 15 Quanto à prática universitária, actualmente o principal desafio que se coloca ao ensino da Sociologia do Trabalho é o de conseguir responder a um novo pedido social para a formação em Sociologia, ou seja, a profissionalização. A atitude que se adopta perante este pedido poderá determinar - bem ou mal - o futuro da Sociologia do Trabalho como disciplina académica. Perderá a Sociologia do Trabalho a sua vocação teórica e crítica ao acentuar os seus aspectos instrumentais para satisfazer este pedido? Mais um desafio.
- 16 Veja-se com interesse a tentativa de Edwards de distinguir uma abordagem "materialista" do conflito da abordagem marxista (Edwards, 1986:94).

Bibliografia

- ADAM, G. e REYNAUD, J.D., *Conflits du travail et changement social*, Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- APSIOT, *Efeitos Sociais das Novas Tecnologias nas Organizações*, Cadernos APSIOT, Nº 1, 1986.
- BARRETO, J., "Sobre a implantação da contratação colectiva na Europa e em Portugal", *Análise Social*, Vol. XVI, 64, 1980, pp. 699-711.
- BATISTA, J., KOVÁCS, I., LOBO ANTUNES, C., *Uma gestão alternativa: para uma sociologia da participação nas organizações, a partir de uma experiência portuguesa*, Lisboa: Relógio d'Água, 1985.
- BRANDÃO MONIZ, A., "Modernização da indústria portuguesa: análise de um inquérito sociológico", *Economia e Sociedade*, Nº 1 Novembro 1989.
- BRAVERMAN, H., *Labor and Monopoly Capital*, New York: Monthly Review Press, 1974.
- BURAWOY, M., *Manufacturing Consent. Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*, Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- CARDOSO, J. L. et al., *Empresários e Gestores na Indústria Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- CASTELLS, M., "High Technology, World Development, and Structural Transformation: The Trends and the Debate", *Alternatives*, Vol. XI, Nº 3, July, 1986, pp. 297-343.
- CASTELLS, M. (ed.) *High Technology, Space and Society*, Beverly Hills: Sage, 1985.
- Colloque de Dourdan, *La division du travail*, Paris: Galilée, 1978.

- Colloque de Dourdan, *L'emploi: enjeux économiques & sociaux*, Paris: Maspero, 1982.
- CORIAT, B. *L'atelier et le chronometre*, Paris: Bourgois, 1979.
- CROUCH, C. e PIZZORNO, A. (eds.), *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe Since 1968*, 2 Vols, London: Macmillan, 1978.
- DUBOIS, P. et al., *Grèves reivindicatives ou grèves politiques? Acteurs, pratiques, sens du mouvement de mai*, Paris: Éditions Anthropos, 1971.
- DURAND, C., "La signification professionnelle et économique de l'action syndicale", *Sociologie du Travail*, 1968.
- DURAND, C., *Conscience ouvrière et l'action syndicale*, Paris: Mouton, 1971.
- DURAND, C. et al., *Le travail et sa sociologie: Essais critiques*, Paris: L'Harmattan, 1985.
- EDWARDS, P.K., *Conflict at Work*, Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- ELDRIDGE, J., CRESSEY, P. & MACINNES, J., *Industrial Sociology and Economic Crisis*, Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- ERBES-SEGUIN, S., *Le travail dans la société. Bilan de la sociologie du travail*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1988.
- FERRÃO, J., "Entender o actual processo de terciarização: das teses às dúvidas", *Análise Social*, Vol. XXIV (101-102), 1988.
- FEVRE, Ralph, *The Sociology of Labour Markets*, Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1992.
- FREIRE, J., "Que futuro para os encarregados na indústria?", *Organizações e Trabalho*, Nº 2, Janeiro-Abril, 1990.
- FREIRE, J., "Uma economia mais democrática? Nota de pesquisa", *Sociologia: Problemas e Práticas*, Nº 9, Março de 1991.
- FREIRE, J., *A Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, Porto: Afrontamento, 1992.
- FREIRE, J., RODRIGUES, M.L. e PEÑA FERREIRA, V., "Os encarregados na indústria portuguesa: primeiros resultados de um inquérito sociológico", *Sociologia: Problemas e Práticas*, Nº 11, 1992.
- FREYSSINET, M., *La division capitaliste du travail*, Paris: Savelli, 1977.
- FRIEDMANN, G., "L'objet de la sociologie du travail" in *Traité de la Sociologie du Travail*, Friedmann, G. e P. Naville (eds), Paris: Armand Colin, 1961.
- GERSHUNY, J. I. & MILES, I.D., *The New Service Economy*, London: Francis Pinter, 1983.
- GORZ, A., *Métamorphoses du Travail. Quête du sens*, Paris: Galilée, 1988.
- GRANOVETTER, M. e SWEDBERG, R., (eds.), *The Sociology of Economic Life*, Boulder, Colorado: Westview Press, 1992.
- GRINT, K., *The Sociology of Work: An Introduction*, Cambridge: Polity Press, 1991.
- HILL, S., *Competition and Control at Work. The New Industrial Sociology*, Cambridge, Mass: MIT Press, 1981.
- KALLEBERG, A. L., "Linking Macro and Micro Levels: Bringing the Workers Back into the Sociology of Work", *Social Forces*, Vol. 67, No. 3, March 1989, pp. 582-592.
- KOVÁCS, I. & BRANDÃO MONIZ, A., "Aspects sociaux de l'automation industrielle au Portugal: Analyse de quelques cas", in Gonçalves, A. C., Fernandes, A. T., d'Épinay, C. L. (dirs.), *La sociologie et les nouveaux défis de la modernisation*, Porto: AISLF/SSFLP, 1988.
- KOVÁCS, I. & BRANDÃO MONIZ, A., "Trabalho e organização no sistema de produção integrada por computador (CIM)", *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Vo. II, Lisboa: Fragmentos, 1990.
- LASH, S. e URRY, J., *The End of Organized Capitalism*, Madison: University of Wisconsin Press, 1987.
- LIMA, M.P., et al., "Desenvolvimento das relações sociais de trabalho nas indústrias navais - Um estudo sociológico de casos", *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Vo. II, Lisboa: Fragmentos, 1990.
- MAURICE, M., "Le déterminisme technologique dans la sociologie du travail (1955-1980). Un changement de paradigme?", *Sociologie du Travail*, 1, 1980, pp. 22-37.
- MAURICE, M., SELLIER, F., SILVESTRE, J.J., *Politique d'éducation et organisation industrielle en France et Allemagne*, Paris: Presses Universitaires de France, 1982.
- OFFE, C., "The Growth of the Service Sector" in *Disorganized Capitalism*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985, pp. .

- OFFE, C., "Work: The Key Sociological Category?" in *Disorganized Capitalism*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985, pp. 129-150.
- PIMENTEL, D., "Sobre a cultura de empresa: contributos para a clarificação de um conceito", *Sociologia: Problemas e Práticas*, 4, Maio de 1988, pp. 133-146.
- REYNAUD, J. D., "Pour une sociologie de la régulation sociale", *Sociologie et Sociétés*, Vol. XXIII, N° 2, automne 1991.
- RITZER, G., "Sociology of Work: A Metatheoretical Analysis", *Social Forces*, Vol. 67, N° 3, March 1989, pp. 593-604.
- RODRIGUES, M. J., *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações*, Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- RODRIGUES, M. L., "Mulheres 'Patrão' e o dualismo do mercado do trabalho. Análise de dados estatísticos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, N° 8, Setembro de 1990.
- ROLLE, P., *Travail et salariat, bilan de la sociologie du travail*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1988.
- ROSE, J., *En quête d'emploi: formation, chômage, emploi*, Paris: Economica, 1984.
- SABEL, C., *Work and Politics*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1982.
- SAINSAULIEU, R., *Sociologie de l'organisation et de l'entreprise*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz, 1987.
- SAINSAULIEU, R., SEGRESTIN, D., "Vers une théorie sociologique de l'entreprise", *Sociologie du Travail*, 3, 1986.
- Social Forces*, Vol. 67, No. 3, March 1989.
- Sociologie et Sociétés*, "La sociologie du travail: Un nouveau rôle? Un nouvel objet?", Vol. XXIII, n° 2, Automne 1991.
- STOLEROFF, A., "Sindicalismo e relações industriais em Portugal", *Sociologia: Problemas e Práticas*, No. 4, Maio 1988a, pp. 147-164.
- STOLEROFF, A., "A estratégia sindical e o comportamento organizacional: o caso da CGTP-IN", *Análise Psicológica*, No. 3-4, Setembro 1988b, pp. 429-440.
- STOLEROFF, A., "The Emerging Pattern of Industrial Relations in Portugal: Between Democratization and Economic Restructuring", projecto CIES/ISCTE, Volkswagen Stiftung, 1989.
- STOLEROFF, A., "O sindicalismo e o Estado pós-1974: O neocorporativismo e a luta de classes", *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Vol. II, Lisboa: Fragmentos, 1990a.
- STOLEROFF, A., "O Padrão Emergente de Relações Industriais em Portugal", *Organizações e Trabalho*, N° 2, 1990b.
- STOLEROFF, A., "Sobre a Sociologia do Trabalho em Portugal", *Sociologia: Problemas e Práticas*, No. 11, Março 1992.
- TANGUY, L., *L'introuvable relation formation-emploi: un état des recherches en France*, Paris: La Documentation Française, 1986.
- VALLAS, S., "The Concept of Skill: A Critical Review", *Work and Occupations*, Vol. 17, No. 4, November 1990, pp. 379-398.
- WARING, S., *Taylorism Transformed: Scientific Management Theory since 1945*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.
- WATSON, T., *Sociology, Work and Industry*, London: Routledge & Kegan Paul, 1980.